



Gestão & Regionalidade

ISSN: 1808-5792

revista.adm@uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano do

Sul

Brasil

Marques Borges, Cejana; Santos, Moacir José; Trajano Vieira, Edson
TOCANTINS: O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL COM A
CRIAÇÃO DO NOVO ESTADO

Gestão & Regionalidade, vol. 29, núm. 85, enero-abril, 2013, pp. 105-117

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Sao Caetano do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=133426307008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TOCANTINS: O CRESCIMENTO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL COM A CRIAÇÃO DO NOVO ESTADO

TOCANTINS: GROWTH AND REGIONAL ECONOMIC DEVELOPMENT WITH THE CREATION OF THE NEW STATE

Cejana Marques Borges

Professora assistente do Centro Universitário UnirG.

Data de recebimento: 17-10-2012

Data de aceite: 15-04-2013

Moacir José Santos

Professor do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e docente pesquisador de Processos de Desenvolvimento Regional, da Universidade de Taubaté (UNITAU).

Edson Trajano Vieira

Professor do Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Gestão e Desenvolvimento Regional e docente pesquisador do Núcleo de Pesquisa Econômicas e Sociais, da Universidade de Taubaté (UNITAU).

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo verificar se a criação do Estado do Tocantins promoveu o crescimento econômico associado ao desenvolvimento econômico regional. A criação do Tocantins provocou a intensificação do recorrente debate sobre a criação de novas unidades federativas. A metodologia aplicada para investigar a correlação entre a criação de uma nova unidade federativa e o desenvolvimento econômico fundamentou-se na análise dos dados captados, mediante a construção de séries históricas, tendo como índices e indicadores pertinentes aos estados limítrofes: Pará, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia. Observa-se que o Tocantins apresentou dados econômicos e sociais melhores, em comparação ao antigo norte goiano e aos estados limítrofes. Portanto, a nova divisão territorial realizada foi positiva, por resultar em crescimento econômico, de renda *per capita* e haver melhoria nos indicadores de desenvolvimento que compõe o IDH e IFDM, em comparação ao antigo norte goiano, que originou o Estado do Tocantins.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; Tocantins; divisão territorial.

ABSTRACT

This article aims to determine whether the creation of the state of Tocantins foster economic growth and whether this contributed to regional economic development. Created in the 1988 constitution, the Tocantins brings out the recurring debate over the creation of new states. The literature search was undertaken theoretically supported the proposition presented. Data analysis was performed using the method of time series with indexes and indicators listed as those of neighboring states: Pará, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí and Bahia. It is observed that Tocantins presented economic and social data better than the old north and Goiás states compared. Therefore, the new territorial division was held positive through economic growth and per capita income and improvement in development indicators that make up the indexes HDI and IFDM.

Keywords: regional development; Tocantins; territorial division.

Endereços dos autores:

Cejana Marques Borges
cejanaborges@hotmail.com

Moacir José Santos
santos.mj@ig.com.br

Edson Trajano Vieira
trajano@unitau.br

1. INTRODUÇÃO

A divisão territorial de uma nação em unidades da federação é um dos fatores importantes para a ocupação dos espaços e para o planejamento das demandas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social e, por isso, impacta diretamente o desenvolvimento regional. A extensão territorial do Brasil provoca o debate recorrente sobre a criação de novas unidades da federação. A Região Norte do país, formada por estados com grande extensão territorial como o Pará e o Amazonas é foco constante destas discussões.

As disputas regionais históricas e as características físicas de relevo, vegetação e clima ajudaram na formação de uma nação não hegemônica, multicultural e com características sociais e econômicas heterogêneas, com a apresentação de uma das maiores desigualdades espaciais mundiais e, conjuntamente, sérios problemas estruturais na saúde, educação e segurança, entre outros setores. A criação de novas unidades da federação é percebida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como uma estratégia para elevar os investimentos públicos e, consequentemente, atrair capital privado necessário ao desenvolvimento regional. Desta maneira, objetiva-se constituir uma política de estado pautada na criação de unidades federativas como recurso para reduzir as diferenças regionais, particularmente na Região Norte.

A criação do Estado do Tocantins e suas consequências podem constituir parâmetro para mais bem compreender os efeitos da criação de novas unidades da federação. O Tocantins é a mais recente unidade da federação brasileira. Sua criação resulta da separação do norte goiano, em 1988. Após 23 anos, essa unidade da federação continua a apresentar alguns problemas sociais (saúde e educação) e econômicos (geração de emprego e renda); problemas estes presentes em todas as regiões brasileiras. Apesar disso, hoje, o Tocantins é um Estado que se difere, em vários aspectos, em relação ao antigo norte de Goiás. Assim, para este estudo, foi levantada a hipótese de que a emancipação da região foi capaz de acelerar o ritmo do desenvolvimento e do crescimento econômico, quando comparada à antiga região do Norte goiano.

Para verificar a veracidade dessa hipótese, foram eleitos indicadores de emprego, renda, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice FIRJAN de

Desenvolvimento dos Municípios (IFDM) do Estado do Tocantins, ocupação territorial rural e urbana e renda média com e sem imigrantes, comparados com os indicadores dos estados que fazem fronteira com o novo estado: Pará, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí e Bahia. A comparação dos indicadores após a criação do novo estado constitui a base para a verificação da proposta.

2. ESTADO, SOCIEDADE E FEDERALISMO

A formação histórica do Estado Nação decorreu da destruição das bases do poder absolutista que pautaram a formação do Estado moderno, centrado na figura do soberano. Embora nos estudos clássicos a Revolução Francesa constitua o parâmetro relativo ao início da transferência do poder monárquico absolutista para o Estado Nação, como representante da população, o federalismo encontra sua expressão inicial no processo de formação e consolidação dos Estados Unidos. Sua emancipação implicou o desafio de conciliar a formação de um governo central, suficientemente coeso, para manter a independência e a segurança da população, ao mesmo tempo em que se mantinha a relativa autonomia de cada unidade da federação.

O primeiro arranjo político norte-americano foi articulado na forma de uma confederação. Entretanto, a fragilidade desta organização decorria da estrutura que define a confederação como uma aliança entre estados autônomos, o que comprometia a organização adequada do então novo país. Em 1787, na Convenção da Filadélfia, estabeleceu-se um novo arranjo político, o federalismo. O princípio que rege o federalismo, ratificado na constituição norte-americana de 1788, é a centralidade da soberania no Estado federado, composto por unidades que têm como característica uma autonomia limitada em sua territorialidade. Observa-se que o fundamento da federação é a sua constituição, que determina as competências dos Estados federados, principalmente na limitação da sua autonomia em relação ao Estado maior. A originalidade da constituição norte-americana não reside apenas na adoção do federalismo. Sua adoção foi fundamentada em uma série de debates transcritos na obra "O Federalista", que apresentava os conceitos filosóficos e jurídicos que estruturavam os Estados Unidos. Buscava-se, deste modo, apresentar

o novo país como resultado das luzes da razão que animava a busca por liberdade, decorrente dos direitos naturais inalienáveis (JUNQUEIRA, 2007).

A emancipação dos Estados Unidos precedeu a formação dos estados derivados das colônias de Espanha e Portugal. A constituição dos países que formam a América Latina realizou-se sob o impacto da crise do sistema colonial, entre o final do século XVIII e o início do XIX. As guerras napoleônicas colaboraram decisivamente para a ruptura entre as colônias e suas respectivas metrópoles. Os estados que emergiram das estruturas coloniais, à exceção do império brasileiro, inspiraram-se, em sua maioria, no modelo norte-americano. Neste sentido, o desenvolvimento do Estado Nação ocorreu em um contexto conturbado, com destaque para o caudilhismo, presente na vida política latino-americana, e que expressou, naquele momento, o conflito entre aqueles que defendiam a centralização do poder e os grupos que defendiam maior autonomia aos estados ou províncias, conforme a nomenclatura adotada em cada país. No Brasil, o conflito entre os partidários da centralização do poder e os defensores da autonomia das províncias experimentou seu ápice durante o período das regências, entre 1831 e 1840 (JUNQUEIRA, 2007).

Para Hobsbawm (2003), o nacionalismo estrutura ideologicamente o Estado Nação. A substituição do absolutismo por sistemas políticos constitucionais implicava a necessidade de transferir a lealdade da população da figura do soberano para uma entidade abstrata, o Estado nacional. O século XIX foi marcado, no campo da história, pela construção das narrativas nacionais que legitimavam a ascensão da burguesia ao poder, em uma trajetória linear, que culminava no Estado Nação. Hino nacional, símbolos nacionais, a oficialização de um idioma nacional, em detrimento dos dialetos, consubstanciavam o nacionalismo.

O predomínio do Estado Nação não implicou a implantação de um arranjo político desprovido de conflitos. Os conflitos anteriores à implantação do Estado Nação persistiram. No Brasil, durante o reinado de D. Pedro II (1841-1889), os conflitos entre os defensores da centralização e os que advogavam maior liberdade das províncias ficaram reduzidos ao aspecto político. O federalismo é introduzido como estrutura de governo com o advento da República. A Constituição de 1891 estabeleceu o Brasil como Estado

federado e definiu as características da autonomia relativa das antigas províncias, transformadas em estados. Destaca-se que, enquanto nos Estados Unidos a federação foi formada por colônias, que se aliaram para romper com a metrópole e, posteriormente, uniram-se em uma federação, no Brasil ocorreu uma redistribuição do poder entre o Estado federado e as unidades da federação, em razão da mudança do regime político.

Porém, a história do federalismo no Brasil não é linear. Em cada conjuntura histórica o federalismo adquire os contornos típicos do período. Por exemplo, na primeira República, os estados experimentaram uma significativa autonomia, enquanto que, durante o primeiro governo Vargas, buscou-se reduzi-la. Afonso (1994, p. 321), afirma que: “o termo ‘federação’ diz respeito à ideia de ‘união’, ‘pacto’, articulação das partes (estados) com o todo (nação), através do governo central ou federal”. Inclusive, durante a ditadura militar, a busca por maior autonomia para estados e municípios correspondeu a uma forma de oposição política articulada em torno do ideal de descentralização. No decorrer “dos anos 60 e 70, o governo federal identificou-se com a centralização (fiscal e política) e com o autoritarismo”. Dessa maneira, o “processo de redemocratização deu-se, [...] a partir dos estados e municípios, pelas bordas do sistema, para somente mais tarde alcançar o governo central”. Assim, “a luta pela redemocratização confunde-se, parcialmente, com a luta pela descentralização fiscal e administrativa” (AFONSO, 1994, p. 321).

Após a constituição de 1988, a discussão acerca do federalismo brasileiro adquiriu novos contornos. Embora a carta magna estabeleça a autonomia relativa dos estados e municípios, pautada na descentralização, repercutindo a politização relativa ao tema presente durante a ditadura militar, não existe consenso entre os pesquisadores acerca do compartilhar mais equitativo de responsabilidades e direitos entre os entes que compõem a federação. O novo elemento neste debate é a criação de novas unidades da federação, como instrumento para reduzir as desigualdades brasileiras. A criação do Estado do Tocantins contribui para esse debate e seu desenvolvimento pode fornecer elementos que justifiquem ou desaconselhem a criação de novas unidades federativas no Brasil.

Observa-se que na criação do Estado de Tocantins foi articulada a busca por condições de desenvolvimento mais favoráveis, por parte das autoridades responsáveis por sua estruturação. Deste modo, o Tocantins foi alocado na Região Norte do país e não na Região Centro-Oeste, como ocorria anteriormente, quando constituía parte do Estado de Goiás. A maior disponibilidade de recursos federais para a Região Norte justificou a integração. Nos primeiros dez anos de existência do estado, a capital Palmas cresceu muito acima das cidades brasileiras. Palmas apresentou um crescimento médio de mais de 24% (IBGE, 2011).

3. O CRESCIMENTO, O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SEUS INDICADORES

A discussão sobre o desenvolvimento econômico tem raízes teóricas e empíricas, originadas, na maior parte dos casos, das crises econômicas do sistema capitalista; pois as aceleradas mudanças tecnológicas e a acumulação de capital proporcionam a modernização constante da estrutura das sociedades. Destaca-se que o processo de modernização implica a destruição perene das estruturas consideradas arcaicas, substituídas por novos processos de produção, circulação e consumo das mercadorias. Essa característica torna a crise estrutural e estruturante do capitalismo, estimulando, entre os pesquisadores, a necessidade de compreender os fatores que provocam ou inibem tanto o crescimento quanto o desenvolvimento econômico.

O período posterior à crise de 1929 é marcado por uma ampliação significativa do debate sobre desenvolvimento econômico. A partir da superação da crise, com a adoção de políticas estimulantes da atividade econômica, coordenadas a partir da ação estatal em diversos países, notadamente os Estados Unidos, liderados por Franklin D. Roosevelt, a análise do desenvolvimento econômico envolve a reflexão acerca do papel do Estado e das políticas públicas. No Brasil, durante a década de 1950, o desenvolvimento econômico adquiriu uma atenção especial por parte dos economistas e dos gestores públicos. Porém, naquele momento, não existia uma distinção adequada entre desenvolvimento econômico e crescimento econômico, pois se acreditava que o último provocaria mudanças qualitativas na estrutura social, sem a necessidade de articulação de políticas públicas

focadas na distribuição mais equânime dos resultados obtidos. Neste sentido, a literatura produzida nos anos 1950 expressava a preocupação com a manutenção da industrialização, na especialização dos meios de produção como fatores capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico. A distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico é fundamental, como indica Vieira (2009):

Crescimento econômico significa o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços, de determinado país ou área econômica. O crescimento é calculado pela evolução do crescimento anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. O crescimento de uma economia é indicado ainda pelo crescimento de sua força de trabalho, a receita nacional poupada e investida, e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. Já o desenvolvimento econômico é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura econômica e social (VIEIRA, 2009, p. 18).

O conceito demonstra que, o crescimento econômico, distribuindo inteiramente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, gera a melhora dos padrões de vida e, consequentemente, o desenvolvimento econômico. A experiência tem confirmado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os resultados dessa ampliação nem sempre favorecem a economia como um todo (SOUZA, 2005).

No Brasil, as diferenças significativas entre as regiões, e mesmo intrarregionais, constituem fatores que há décadas dificultam a efetivação de desenvolvimento econômico e territorial no país. Em análise à dinâmica regional diferenciada, presente nas regiões brasileiras, Pacheco (1998) considera a dimensão territorial, as características econômicas e as especificidades de cada região, geradoras de múltiplas tendências, que impactam no modo e na capacidade de resposta aos efeitos da competição e da globalização, e que esta dinâmica distinta e desarmônica das regiões se associa à dificuldade de coordenação política entre a União e os estados.

A superação dessas barreiras implica a elaboração e efetivação de políticas públicas correspondentes à multiplicidade dos desafios relativos à realização do

desenvolvimento econômico. Para tanto, é necessária a adoção de índices e indicadores que possibilitem a organização das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico. Deste modo, Kaiano e Caldas (2002) explicam a tendência em se considerar os índices e indicadores que medem o desenvolvimento humano pelos gestores públicos, devido a principalmente os seguintes fatores: os organismos internacionais financiadores de projetos e políticas públicas; para legitimar as políticas públicas; democratizar as informações sobre as realidades sociais e favorecer a participação popular na formulação de agendas e avaliar as políticas públicas.

No Brasil, os indicadores e índices que medem a qualidade de vida da população passaram a ser discutidos e valorados devido ao crescimento econômico ocorrido na década de 1970. O governo brasileiro encarregou ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a coleta e disseminação de informações capazes de averiguar as condições de vida da população. A partir de então, o governo brasileiro se apoiou nestes resultados como ferramenta para o planejamento de políticas públicas e verificação dessas políticas implantadas em períodos anteriores. Nota-se que a mesma preocupação estimulou, em âmbito acadêmico, a adoção dos indicadores e índices como referência para acompanhar e problematizar as políticas públicas.

Segundo Paiva (2011), é necessário que se faça a distinção entre indicadores socioeconômicos e os índices socioeconômicos, pois os primeiros objetivam identificar certas dimensões da realidade socioeconômica de um determinado local, ou mesmo da população que ali habita e que explora os recursos naturais existentes. Por outro lado, os índices socioeconômicos incluem médias ou indicadores isolados em uma referência, que possibilita uma análise da realidade social a partir de várias informações.

Siche *et al.* (2007) afirmam existir equívocos na definição e emprego das palavras índice e indicador, e ainda que, muitas vezes, são utilizadas de modo indevido como sinônimos. Os autores, neste estudo, fazem referência a diversos estudiosos que discorrem sobre o tema. Algumas definições sobre indicador afirmam que ele é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre determinada realidade e que pode ser entendido como um dado in-

dividual ou um agregado de dados. O índice tem por objetivo revelar o estado de um sistema ou fenômeno e que pode ser construído para a análise de dados por meio da junção de elementos com relacionamentos estabelecidos.

Há outra corrente de pensadores que não faz distinção entre índices e indicadores. Para estes, os indicadores podem ser simples e compostos, e ainda podem ser classificados por gerações, conforme sua evolução. Estas designações pontuam que, os indicadores compostos são chamados de índices. Kaiano e Caldas (2002) exemplificam da seguinte maneira: indicadores de primeira geração são classificados como simples, por exemplo, o Produto interno Bruto (PIB); os indicadores de segunda geração são considerados compostos, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e; os de terceira geração, também compostos, como o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

Entre as vantagens da utilização de indicadores há a possibilidade de se construir séries históricas adequadas à mensuração do desenvolvimento. Assim como utilizado por Vieira (2009, p. 131), “a classificação do uso das séries históricas foi feita com o objetivo de apresentar a evolução dos indicadores”. Desse modo, a utilização dos IDHs propostos nesta pesquisa tem como objetivo a representação da evolução e a comparação desses indicadores específicos dos estados limítrofes, após a criação do Estado do Tocantins, comparado com a média nacional desses mesmos indicadores. Apesar das críticas em relação ao IDH, este é um índice sintético, classificado como de segunda geração, que não representa apenas a renda, ao buscar juntamente a esta outros fatores que possam indicar historicamente a melhoria ou não da qualidade de vida de uma população.

4. MÉTODO

O método mais adequado, frente ao objetivo proposto neste estudo, é o de séries históricas, uma vez que, buscou-se, a partir dos Estados do Maranhão, Bahia, Piauí, Pará, Mato Grosso e do Estado de Goiás, comparados com o Estado do Tocantins, verificar se a divisão do Estado de Goiás, realmente conseguiu promover o desenvolvimento econômico para a população do novo estado resultante: o Tocantins.

Assim, para esta pesquisa, aplicou-se o conceito de série histórica. Nesse sentido, faz-se necessário destacar que as informações prestadas pelos indicadores selecionados são percebidas como qualitativos, pois segundo Vieira (2009):

As informações quantitativas são fundamentais para contar ou medir um determinado objetivo, mas a questão primordial associada a uma informação quantitativa é qualitativa: antes de contar ou medir é necessário classificar, afirmar que certa pessoa ou coisa pertence a uma classe. As informações qualitativas poderão ser instrumentos importantes para auxiliar uma análise histórica conjuntural desde que as informações quantitativas sejam classificadas e analisadas, não pode ser a finalidade do estudo, mas um dos instrumentos de análise (VIEIRA, 2009, p. 40).

A pesquisa realizada para verificar o objetivo acima exposto possui, quanto aos objetivos, um caráter descritivo com abordagem qualitativa, devido à aplicação do método de séries históricas para as informações quantitativas dos indicadores sintéticos elencados. Nota-se que esta investigação tem caráter documental, por recorrer a índices e indicadores públicos.

Dessa maneira, este estudo contemplou índices e indicadores que mensuram fatores sócio-econômicos e que estão elencados e descritos abaixo, a partir de informações do IBGE (2012), IPEA (2012) e FIRJAN (2012). Os indicadores utilizados são o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IDH – Educação, o IDH – Longevidade, e IDH – Renda, nos períodos de 1991 até 2000, e a ocupação territorial rural e urbana no período de 1980 a 2010; o índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), e renda média com

e sem imigrantes, que tem como base os dados do PNAD do Senso do IBGE, no período de 2000 até 2009; o Produto Interno Bruto (PIB) e a Renda per capita, no período de 1989 até 2008; os indicadores de emprego formal, no período de 1991 até 2010.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Resultados e discussão sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico

Os dados a seguir resultam das séries históricas construídas com o objetivo de mensurar e avaliar o desenvolvimento econômico experimentado por Tocantins desde a sua criação. Os primeiros dados a serem analisados se referem ao PIB Estadual, da série histórica que se inicia em 1989 e se estende até 2009.

A tabela 1 apresenta o crescimento da atividade econômica no Estado do Tocantins, em comparação aos demais estados vizinhos. A nova unidade da federação é a que tem o menor PIB, em 1990, entre os estados selecionados durante todo o período, mas apresenta um bom crescimento econômico durante o período.

Os dados relativos ao PIB Estadual da série histórica apresentada na Tabela 1 demonstram que o antigo Norte goiano, ou seja, o novo Estado do Tocantins, apresentava, no ano de 1989, em relação a Goiás, apenas 10,06% de seu PIB, isto é, um ano após sua criação. Em 2009, o PIB tocantinense já representa 17,02% do PIB goiano. Em relação ao seu maior estado vizinho, a Bahia, o Tocantins, em seu primeiro ano, possuía apenas 3,23% do PIB baiano; após 20 anos, essa relação passou a ser de 10,77%. Com o Estado

Tabela 1: PIB Estadual a preços constantes, em milhões de reais de 2000

UF	1989	1990	1994	1998	2000	2004	2008	2009
BA	47.014	41.450	43.844	44.642	48.197	53.429	62.897	66.195
GO	15.130	16.166	19.943	20.074	21.665	32.443	38.965	41.345
MA	8.089	7.360	8.379	8.320	9.207	14.596	19.922	19.246
MT	8.756	7.700	11.306	11.404	13.428	24.971	27.447	27.668
PA	21.514	18.981	24.263	17.936	18.914	24.026	30.291	28.203
PI	3.892	4.131	4.728	5.082	5.330	6.632	8.676	9.191
TO	1.523	1.459	1.941	2.236	2.450	5.592	6.776	7.037

Fonte: Ipeadata/IBGE, (2012).

limite de Piauí, que é o de PIB mais baixo em 1989, o Tocantins apresentava uma relação de 39,13% e, em 2008, essa relação passou para 78,10%. No ano de 1989, o mesmo Piauí possuía um PIB de 25,72% em relação a Goiás, e essa relação baixou para 22,26%, em 2008. Todas essas relações, que os dados dessa tabela possibilitam, conseguem demonstrar que a criação do Estado do Tocantins produziu um crescimento econômico em relação ao antigo Norte goiano.

A tabela 2 apresenta o crescimento do PIB *per capita* no Estado do Tocantins, em comparação aos demais estados vizinhos. A nova unidade da federação possui um dos menores PIB *per capita*. Em 1989, o Estado do Tocantins está à frente somente dos Estados do Piauí e do Maranhão, entre os estados selecionados. Em 2009, Tocantins apresentou a terceira maior renda *per capita* entre os estados selecionados, o que evidencia um significativo crescimento econômico no período analisado.

Os dados relativos ao PIB Estadual da série histórica apresentada na tabela 2 demonstram que o novo Estado do Tocantins apresenta o maior crescimento econômico *per capita*, considerando o PIB constante, já descontada a inflação do período, em valores de 2000. O PIB *per capita* de Tocantins cresceu 226,35%, enquanto o de Goiás foi 83,20%. O Piauí foi o segundo colocado, com 92,11%. No período, o pior desempenho foram dos Estados da Bahia e do Pará, com crescimento respectivo de 12,72% e 14,22%. Os dados da tabela 2 possibilitam demonstrar que a criação do Estado do Tocantins produziu um crescimento econômico muito maior, em relação aos estados vizinhos escolhidos como referência, considerando o PIB *per capita*.

A tabela 3 apresenta o número de trabalhadores ocupados. No Tocantins o número de trabalhadores ocupados em 1991 era de 7,71% em relação à Bahia e de 9,16% no ano de 2009. Se comparado a Goiás

Tabela 2: PIB Estadual a preços constantes, em mil reais, de 2000

UF	1989	1990	1994	2000	2004	2008	2009	Crescimento 1989-2009
BA	4,01	3,47	3,54	3,67	3,91	4,34	4,52	12,72%
GO	3,81	4,00	4,49	4,28	5,89	6,67	6,98	83,20%
MA	1,66	1,49	1,60	1,62	2,42	3,16	3,02	81,93%
MT	5,54	4,94	5,90	5,66	6,39	7,34	7,44	34,30%
PA	4,43	3,80	4,42	3,01	3,51	4,14	3,80	14,22%
PI	1,52	1,59	1,75	1,86	2,23	2,78	2,92	92,11%
TO	1,67	1,58	1,90	2,12	4,43	5,29	5,45	226,35%

Fonte: Ipeadata/IBGE, (2012).

Tabela 3: Pessoal ocupado em número de trabalhadores

Estados	1991	1995	1999	2005	2009
BA	3.843.515	5.149.221	5.502.859	6.011.103	6.438.743
GO	1.581.849	1.980.578	2.133.905	2.559.178	2.908.448
MA	1.509.419	2.234.214	2.465.370	2.531.728	2.472.774
MT	771.436	953.757	1.452.580	1.332.880	1.452.580
PA	1.528.985	1.106.863	1.293.440	2.096.200	2.331.568
PI	840.348	1.091.571	1.232.339	1.349.216	1.460.387
TO	296.521	401.656	498.853	536.857	589.977

Fonte: Ministério do Trabalho, 2012.

a relação primeira foi de 18,74% e a última publicada de 20,28%. Em comparação com o Mato Grosso, em 1991, a percentagem era de 38,43% e passou para 40,61% em 2009.

Comparando-se Mato Grosso com Goiás, em 1991, o índice era de 48,76%, e passou, em 2009, para 49,94%. Portanto, os dados apresentados nessa tabela também possibilitam uma relação positiva, em relação ao desempenho do novo estado brasileiro, em comparação aos seus vizinhos. Apesar de ser o estado que tem o menor número de trabalhadores ocupados, no período analisado, Tocantins apresentou crescimento na geração de empregos formais.

A tabela 4 apresenta dados relacionados ao salário médio mensal do setor formal, no período de 1992 a 2009. O salário médio mensal é resultado da divisão da massa salarial total pelo número de trabalhadores empregados no setor formal da economia. Na tabela 4, pode ser verificado que o salário médio do Estado do Tocantins, em 1992, só era superior ao dos Estados do Maranhão e Piauí. Durante o período apresentado,

o Estado do Tocantins ultrapassou os salários médios de Bahia e Pará. Em 2009, Tocantins somente ficou abaixo dos Estados de Goiás e Mato Grosso.

A partir dos dados apresentados sobre o crescimento econômico, torna-se evidente o superior desempenho do Estado de Tocantins, com o crescimento em todos os indicadores apresentados, melhor do que o dos estados com os quais faz divisa, exceto o crescimento de salário, no qual o Maranhão foi superior. Na comparação com o Estado de Goiás, os números da evolução percentual do Tocantins são melhores em todas as variáveis apresentadas, mas o Estado de Goiás ainda apresenta valores absolutos superiores à nova unidade da federação.

A consulta da base de dados sobre a migração que ocorre do campo para a cidade propicia informações referentes ao desenvolvimento econômico regional. As tabelas 5 e 6, respectivamente, apresentam os dados, dos estados selecionados, da população rural e urbana. A migração da zona rural para a zona urbana é um fenômeno crescente em

Tabela 4: Salário médio mensal do setor formal de 1992 a 2009

Estados	1992	1995	1999	2005	2009
BA	462,36	537,61	500,87	530,94	687,21
GO	753,63	808,53	851,92	933,22	1.059,27
MA	286,88	365,19	413,48	410,83	659,64
MT	625,18	917,67	865,82	908,03	1.081,84
PA	643,76	805,82	730,08	692,91	822,80
PI	310,29	378,93	387,55	426,53	574,91
TO	452,09	650,56	549,59	683,18	901,31

Fonte: Ipeadata/IBGE, 2012.

Tabela 5: População residente – rural (pessoas)

UF	1980	1991	1996	2000	2007	2010
BA	4.794.893	4.851.221	4.714.832	4.297.902	3.872.928	3.914.430
GO	1.013.202	771.227	642.145	606.583	537.311	583.074
MA	2.741.614	2.957.832	2.511.008	2.287.405	2.361.198	2.427.640
MT	450.513	365.926	323.516	330.895	3.49.834	351.786
PA	1.736.505	2.353.672	2.561.832	2.071.614	2.052.670	2.389.492
PI	1.241.384	1.214.953	1.116.970	1.054.688	1.087.581	1.067.401
TO	445.874	389.227	307.633	297.137	280.090	293.339

Fonte: Ipeadata/IBGE, 2012.

todo o território brasileiro. Especificamente, os números apresentados na tabela 5, se comparados entre os anos de 1980 e 2010, demonstram que o Tocantins diminuiu sua população rural em 65,78%, e Goiás teve sua população do campo diminuída em 57,54%.

O Tocantins obteve um crescimento urbano de 371,82% e o Estado de Goiás aumentou sua população nas cidades em 257,15%, entre os anos de 1980 e 2010. Pode-se afirmar que, além de uma diminuição maior da população da zona rural e o consequente aumento da zona urbana, o Tocantins alcançou um aumento maior de sua população justamente com a migração de trabalhadores de outros estados, em função de sua criação. A questão da migração no Tocantins, em relação ao desenvolvimento econômico, fica mais evidente quando se realiza uma análise contrafactual, ou seja, separa-se a renda média total da população com os imigrantes e sem os imigrantes. A tabela 7 demonstra que o Tocantins é o estado onde essa diferença é a maior, entre os estados tomados como referência, para a qualificação do desenvolvimento estadual.

A partir dos dados disponíveis do Ipeadata, é possível realizar uma análise positiva com relação ao IDH que o Tocantins apresentou entre os anos de 1991 até 2000. Na tabela 8, ao se comparar o índice da Bahia, o estado vizinho com a maior renda *per capita*, que em 1991 apresentou 0,590 como IDH, e passou, em 2000, para 0,688, e com Piauí, possuidor de uma renda *per capita* mais baixa dos estados limites, que passou de 0,566 para 0,656, o Tocantins tem um resultado melhor, pois saltou de 0,611 para 0,710.

Tabela 7: Média de renda (em R\$ por hora de trabalho corrigido pelo ICV)

UF	Com migrantes	Sem migrantes
Tocantins	21,50	16,44
Maranhão	14,63	14,27
Piauí	13,89	13,32
Bahia	20,52	18,54
Mato Grosso	24,28	18,37
Goiás	20,72	20,10

Fonte: Pnad de 2003, adaptado de Santos e Ferreira, 2007 p. 414¹.

Tabela 8: Índice de Desenvolvimento Humano, estados selecionados em 1991 e 2000

UF	1991	2000
Bahia	0,590	0,688
Goiás	0,700	0,776
Maranhão	0,543	0,636
Mato Grosso	0,716	0,778
Pará	0,650	0,723
Piauí	0,566	0,656
Tocantins	0,611	0,710

Fonte: Ipeadata, (2012).

Outro índice utilizado para quantificar o desenvolvimento econômico é o índice Firjan. O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um estudo

¹ O estudo de Santos e Ferreira (2007), não contempla o Estado do Pará.

Tabela 6: População residente – urbana (pessoas) de 1980 a 2010.

UF	1980	1991	1996	2000	2007	2010
BA	4.660.499	7.016.770	7.826.843	8.772.348	5.553.119	10.102.476
GO	2.107.923	3.247.676	3.872.822	4.396.645	2.868.186	5.420.714
MA	1.254.830	197.2421	2.711.175	3.364.070	3.757.797	4.147.149
MT	919.256	1.414.447	1.604.318	1.747.106	1.915.440	2.097.238
PA	1.666.993	2.596.388	2.949.017	4.120.693	2.649.025	5.191.559
PI	897.812	1.367.184	1.556.115	1.788.590	1.944.840	2.050.959
TO	293.175	530.636	741.009	859.961	963.537	1.090.106

Fonte: Ipeadata, (2012).

anual do Sistema FIRJAN, que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.564 municípios brasileiros, em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. O IFDM aponta o bom desempenho do Estado do Tocantins, em relação aos estados vizinhos, conforme a tabela 9. Em 2000, o índice de Tocantins era superior apenas aos indicadores do Maranhão e do Piauí, em 2009, somente obteve resultados inferiores ao dos Estados de Mato Grosso e Goiás.

É necessário observar que o Índice Firjan associa aspectos econômicos e sociais que tornam sua utiliza-

Tabela 9: Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, de 2000 a 2009.

Estado	2000	2005	2009
Goiás	0,589	0,709	0,737
Mato Grosso	0,561	0,650	0,713
Bahia	0,506	0,618	0,653
Maranhão	0,490	0,533	0,605
Piauí	0,490	0,552	0,652
Pará	0,505	0,577	0,597
Tocantins	0,497	0,637	0,680

Fonte: Firjam, (2012).

Tabela 10: Número de pessoas extremamente pobres*, de 1992 a 2009.

UF	1992	1997	2003	2008	2009	Variação no número de pobres, 1992-2009
BA	4.306.645	3.895.008	4.105.388	2.174.841	2.035.096	-52,75
GO	504.739	362.615	436.786	196.996	199.994	-60,38
MA	1.337.321	2.353.085	2.120.182	1.142.612	1.174.151	-12,20
MT	302.587	189.742	217.527	113.546	128.417	-57,56
PA	749.309	622.747	883.417	681.035	794.114	+5,98
PI	1.301.830	1.110.550	1.081.793	569.129	473.875	-63,60
TO	389.252	350.815	260.814	126.635	106.406	-72,66

*Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS

Fonte: Ipeadata, (2012)

ção extremamente pertinente, em relação aos objetivos da pesquisa exposta neste artigo. A comparação entre os resultados apresentados por Tocantins, em comparação às unidades federativas limítrofes, permite deduzir que a criação dessa nova unidade federativa, provocou o desenvolvimento econômico regional para a população envolvida.

A tabela 10 apresenta o número de pessoas vivendo na extrema pobreza, nos estados selecionados no período de 1992 a 2009, e a variação percentual durante o período. A ausência de dados do Estado de Tocantins de 1989 até 1991 não permitiu fazer a mesma padronização de dados dos indicadores anteriores. Os dados demonstram que, durante o período, o Estado do Tocantins foi o estado que apresentou a maior redução percentual de pessoas extremamente pobres, queda de 72,66%, enquanto que, entre os demais estados que apresentaram mais redução na pobreza, destacam-se Goiás, com 60,38%, Piauí, com 63,60%, e Mato Grosso, com 57,56%. O único estado a apresentar crescimento no número de pobres foi o Pará, com crescimento de 5,98%.

A tabela 11 apresenta a distribuição da riqueza produzida nos estados selecionados em 1992 e 2009. A leitura dos dados nos permite afirmar que, no período, o Estado de Tocantins foi o que apresentou melhor evolução na distribuição da renda, mesmo ainda apresentando grande concentração de renda, característica da história nacional.

Tabela 11: Distribuição de renda nos estados e estratos selecionados em 1992 e 2009, em %

UF	1992			2009		
	Razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	Razão entre a dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	Participação do 1% mais rico	Razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres	Razão entre a dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	Participação do 1% mais rico, em %
BA	22,27	24,33	15,50	17,89	19,55	13,89
GO	20,36	21,15	19,18	13,45	14,14	13,04
MA	15,36	19,51	10,05	16,05	19,38	14,25
MT	14,35	16,22	10,66	13,15	14,66	10,95
PA	17,13	17,82	13,23	13,65	14,15	12,05
PI	27,51	36,12	16,47	17,64	18,71	13,84
TO	22,92	27,29	16,41	14,62	16,05	9,49

Fonte: Ipeadata, (2012).

Em Tocantins, em 1992, o estrato de 1º mais rico possuía 16,41% da renda, essa participação reduziu para 9,49%. Em 2009, em todas as demais unidades da federação selecionadas, o percentual da renda apropriado pelos mais ricos é superior ao do Tocantins; diferente da situação de 1992, quando apenas Goiás tinha um percentual de concentração de riqueza maior. Ainda na tabela 11, observa-se que a razão entre a renda dos 10% mais ricos em relação aos 40% pobres, Tocantins é o que apresenta melhor evolução no período, reduzindo de 22,92% para 14,64%. Nesse indicador, Tocantins era o 2º colocado com maior concentração da riqueza entre os estados selecionados; passou para 4ª colocação. Situação semelhante é apresentada na relação entre a renda dos 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres.

Os indicadores econômicos demonstraram que, após a divisão da unidade da federação de Goiás, com a criação do Estado de Tocantins, melhorou, proporcionalmente, a renda na nova região, em comparação às demais unidades da federação vizinhas. Esse crescimento da renda foi acompanhado da melhora no emprego e dos indicadores de desenvolvimento: IDH e Firjan, resultado possivelmente do crescimento acompanhado por uma melhora na distribuição da renda produzida, reduzindo a diferença entre os mais ricos em relação aos mais pobres. Entretanto, cabe observar que o desenvolvimento econômico implica a apresentação de outras variáveis: sociais, econômicas, ambientais e culturais. Neste sentido, faz-se necessário a realização de pesquisas relacionadas a

essas variáveis, para averiguar se os efeitos distributivos verificados com os indicadores selecionados para a pesquisa que subsidiou a discussão apresentada no presente artigo correlacionam-se a outros fatores associados ao desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou verificar o crescimento e o desenvolvimento econômico regional, após a criação do Estado do Tocantins, mediante a apresentação do debate teórico sobre o desenvolvimento econômico regional, a partir da divisão territorial, bem como, de indicadores socioeconômicos relativos a essa unidade da federação. Esses indicadores, aliados às ferramentas de gestão e planejamento, configuram tecnologias sociais, pois permitem inovar na resolução dos desafios pertinentes ao alcance do desenvolvimento. As tecnologias sociais são fundamentais para que o homem possa ocupar o espaço da melhor maneira possível, principalmente para ensejar uma sociedade mais equânime. É por meio destas que se pode realizar o planejamento do desenvolvimento regional sustentável. A avaliação do desenvolvimento do Estado de Tocantins possibilita o exame das políticas públicas efetivadas no período e seus resultados.

O antigo Norte goiano não possuía uma região polarizada. A criação de Palmas, a capital do novo estado, possibilitou que esta passasse a existir. Desse modo, o Tocantins comece a exercer sua plenitude,

possuindo regiões homogêneas: Araguaína, Paraíso do Tocantins e Gurupi, como também a região plana, oriunda das fronteiras políticas e administrativas.

Os dados analisados apresentam uma perspectiva favorável à hipótese levantada de que a criação do Estado do Tocantins promoveu tanto o crescimento econômico quanto o desenvolvimento econômico regional. Esse resultado ficou evidente nos indicadores de renda, emprego e índice de desenvolvimento humano. Embora ainda os indicadores do novo estado continuem inferiores à média do Estado de Goiás. As diferenças entre o Estado de Tocantins e o Estado de Goiás denotam que, apesar do incremento da renda e do avanço demonstrado, mediante a análise dos indicadores, há a necessidade de se avançar tanto no crescimento econômico quanto na distribuição de renda e oportunidades de trabalho qualificado.

Os resultados apresentados no presente artigo são pautados no método de avaliação das séries históricas dos índices analisados. O Estado de Tocantins apresenta dados econômicos, principalmente em termos de renda *per capita*, que demonstram seu crescimento, em comparação a seus estados vizinhos. O novo estado também conseguiu melhorar significativamente os dados referentes aos índices de segunda geração, como os IDHs e o IFDM. Desta maneira, pode-se concluir que ocorreu também o desenvolvimento econômico regional, sem, contudo, definir que esse resultado deve-se exclusivamente à criação da nova unidade federativa. Novas pesquisas são necessárias para se afirmar se esse fator, isoladamente ou em conjunto com outras variáveis, provocou o desenvolvimento regional no Estado de Tocantins.

Ainda cabe destacar que foi necessário implantar toda uma infraestrutura inexistente no então norte goiano. Apesar desta contingência, o governo do Tocantins apresentou, em 2005, gastos públicos *per capita* de R\$ 1.919,00, semelhante a estados com boa infraestrutura como São Paulo, Rio de Janeiro, ou mesmo Mato Grosso, que poderiam lograr vantagem sob esse critério, em razão do maior tempo de existência da administração pública estadual. Ainda quanto aos gastos públicos, em percentagem ao seu

PIB, o Estado de Tocantins apresenta o índice de 27,59%, menor que Roraima, Amapá e Acre, e próximo a Alagoas, Piauí ou Sergipe. Tal informação denota a eficiência da administração estadual em aplicar os recursos públicos, em comparação às demais administrações estaduais. O que não implica afirmar que não são necessárias medidas para incrementar a gestão pública do Estado do Tocantins.

Os resultados apresentados acima demonstram que a criação do Estado do Tocantins incrementou positivamente a distribuição da renda entre a população. Embora não seja possível afirmar, com certeza absoluta, que apenas a criação do novo estado favoreceu a melhora dos indicadores estaduais, é inadequado afirmar que houve uma simples coincidência. A elucidação desta dúvida depende da realização de investigações acerca de outros fatores que podem ter colaborado para o desenvolvimento do Estado do Tocantins. Constatou-se, com a efetivação da pesquisa, a melhora dos indicadores vinculados à distribuição da renda, enquanto o estado apresenta, simultaneamente, crescimento econômico. O avanço no IDH e no IFDM aponta evidências que indicam uma trajetória estadual de desenvolvimento regional.

A maioria dos índices e indicadores evidencia o avanço do ex-território goiano, tanto no que concerne ao crescimento econômico quanto ao desenvolvimento. Entretanto, os resultados não são suficientes para afirmar que outras regiões brasileiras podem ser beneficiadas com uma possível emancipação em relação à unidade federativa original. E os limites desta pesquisa não permitiram verificar com precisão todos os fatores exógenos e endógenos que contribuíram para o atual cenário do Tocantins. Destaca-se, portanto, a pertinência de novas pesquisas, vinculadas à investigação de outras variáveis, relacionadas ao desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, como a ambiental e a educacional. Deste modo, as evidências indicadas no presente artigo podem validar a hipótese de que a criação do Estado do Tocantins favoreceu avanços socioeconômicos, que favorecem o futuro alcance do desenvolvimento regional ou indicar outros fatores que os limites da pesquisa que subsidiou o presente artigo não possibilitam identificar.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, José. A crise da federação no Brasil. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, FEE, v. 15, n. 2, p. 321-337, 1994.
- FIRJAN. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal*. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/IFDM/>> Acesso em: 6 mar. 2012.
- HOBSBAWN, E. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge/cidades.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Ipeadata*. Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- JUNQUEIRA, Mary A. *4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007.
- KAYANO, Jorge; CALDAS, Lima. *Indicadores para o diálogo*. Texto da Oficina 02, São Paulo, 3 a 5 de junho de 2002. Disponível em <www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper47.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2011.
- PACHECO, C.A. *Fragmentação da nação*. Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1998.
- PAIVA, Carlos Águeda. *Indicadores socioeconômicos e políticas públicas municipais*. Disponível em <<http://www.territoriopaiva.com/ctms/3/39/palestras>>. Acesso em: 16 fev. 2011.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SCT, Secretaria da Cultura do Tocantins. *Tocantins – História*. Disponível em <<http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=3>>. Acesso em: 14 jul. 2011.
- SICHE, Raúl et al. *Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países*. *Ambient. soc. [on-line]*. 2007, vol. 10, n. 2, p. 137-148.
- SILVA, J. A. Santos. *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. (Tese em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, ECA/USP, 2004.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- VIEIRA, Edson Trajano. *Industrialização e política de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX*. (Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica) Faculdade de Filosofia e Letras Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. São Paulo.